

O ecumenismo em Portugal após o Vaticano II*

*JOSÉ MANUEL LEITE**
Pastor da Igreja Evangélica
Presbiteriana de Portugal*

Resumen

El ecumenismo en Portugal ha tenido que superar una larga historia de intolerancia religiosa, debido a la cual los protestantes tienden al antirromanismo y al aislamiento social. Logradas las primeras experiencias de diálogo interconfesional, el Centro Ecuménico «Reconciliación» (Figueira da Foz) realizó importantes programas en los años 70. Sólo a partir de 1992 hay un ecumenismo más estructurado: los Encuentros Ecuménicos Nacionales, organizados por el Consejo Portugués de Iglesia Cristianas y la Conferencia Episcopal; y, evitando las cuestiones teológicas, los Encuentros Interconfesionales, en que participa también la Alianza Evangélica Portuguesa. Estos encuentros han dado lugar a una serie de eventos esperanzadores en los últimos años.

Palabras clave: Ecumenismo, Portugal.

Résumé

Au Portugal l'oecuménisme doit se libérer d'une longue histoire d'intolérance religieuse qui amène les protestants à choisir des opinions anti-catholiques et l'isolement social. Une fois les premiers efforts de dialogues interconfessionnels réussis, le Centre Oecuménique «Réconciliation» développait, dans les années soixante-dix, des programmes intéressants. Seulement depuis 1992 un oecuménisme plus structuré se fait jour: les Rencontres Nationales Oecuméniques, organisées par le Conseil Portugais des Églises Chrétiennes et la

* Fecha de recepción: 30-enero-2001.

** Avenida M. Gaspar de Lemos, 14, 4º-E, 3080-184, Figueira da Foz (Portugal). Tel. 351233424738, fax 351233420753, e-mail: josemleite@hotmail.com

Conférence Épiscopale; puis les Rencontres Interconfessionnelles, où l'on évite les questions théologiques et auxquelles participe aussi l'Alliance Évangélique Portugaise. Ces dernières années toute une série d'événements porteurs d'espoir pour l'avenir en est le résultat.

Mots clés: Oecuménisme, Portugal.

1. Introdução

Começo por endereçar as minhas felicitações aos iniciadores e organizadores deste colóquio sobre o protestantismo ibérico, pois penso que ele vem colmatar uma lacuna que há muito se fazia sentir, nas relações entre as igrejas minoritárias de Portugal e de Espanha. Na verdade, entre países vizinhos com afinidades tão grandes, incluindo a lingüística, com relações tão fortes no campo político e eclesiológico (as «nossas ditaduras» e o «nosso nacional-catolicismo» sempre se entenderam tão bem...) as igrejas ditas minoritárias nunca souberam encontrar um caminho que as fizesse aproximar umas das outras, apesar das situações em que viviam serem bastante semelhantes. Espero pois que, para além do enriquecimento mútuo que aqui recebemos, possam estas jornadas dar início a um estreitamento das nossas relações.

Em segundo lugar quero agradecer o convite que me foi dirigido para partilhar convosco o que se tem passado em Portugal no campo do ecumenismo, especialmente nos últimos quarenta anos. Tendo consciência de não ser um especialista no assunto, sabendo que existe falta de documentação sobre o mesmo e tendo estado ausente muitos anos do país, peço desde já a vossa compreensão para o conteúdo da minha humilde e sumária contribuição.

Como ponto final destas linhas introdutórias quero dizer que terei de falar de liberdade religiosa, ainda que saiba que este não é o tema que de mim se espera. Acontece, no entanto, não ser possível falar de ecumenismo se a liberdade religiosa não for uma realidade. Creio mesmo que o ecumenismo é tardio em Portugal porque a liberdade religiosa também é relativamente recente, e ainda não está definitivamente consagrada pelas leis do país.

2. Da perseguição à tolerância

2.1. Um país católico romano

Desde as suas mais remotas origens, Portugal foi um país com íntimas ligações e subserviência à Igreja de Roma. O nosso primeiro rei, Afonso Henriques, para se libertar da tutela do imperador de Leão e do rei de Castela, entregou Portugal à Santa Sé e declarou-se vassalo do papa. A resposta deste (em 1144) não foi a que esperava, pois o papa Lúcio II considerou-o apenas *dux portucalensis* e a Portugal, *terra*. Foram necessários trinta e cinco anos para que o monarca português conseguisse modificar a disposição

papal. Isto também lhe ia custar importantes privilégios a conceder à Igreja. Finalmente, em 1179, Alexandre III reconhece-o solenemente como *rex* e o seu estado como *regnum*.

A partir destas origens, e direi até os nossos dias, as alianças e concordatas entre o estado português e a Santa Sé têm sido uma constante. Mesmo após a revolução de 25 de Abril de 1974, que deu origem a uma nova constituição que aponta para um Estado laico e para a separação entre o Estado e as igrejas, a Concordata de 1940 ainda se mantém em vigor.

Salazar, o ditador que governou Portugal, durante cerca de meio século dizia – aliás o mesmo que Lech Walesa disse na Polónia e outros nos seus próprios contextos, que «ser-se português é ser-se católico romano.» As estatísticas continuam a provar que este tipo de afirmação tem o seu fundamento, ao indicarem mais de 90% do povo português como católico romano (já não se fala em 99%, como no passado...), ainda que estudos sociológicos digam que a prática regular dos fiéis não ultrapassa os 13% (com valores da ordem dos 3 a 4% no sul do país).

Se neste momento não podemos dizer, legalmente falando, que o catolicismo é a religião oficial dos portugueses, ele continua a ser, a nível sociológico, o preferido pelas famílias portuguesas para baptizar, casar e enterrar os seus membros. É esta realidade que faz o meu colega Manuel Cardoso citar uma experiência de viagem ao estrangeiro e enfrentar a pergunta: «Protestante português?! Mas nós pensávamos que só havia católicos no vosso país!»

2.2. Os primeiros protestantes / evangélicos

É muito difícil, para não dizer impossível, dizer quando surgiu o primeiro cristão não católico romano em Portugal. A história aponta-nos uma série de pensadores, intelectuais, escritores e comerciantes que já no século XVII, pouco depois do início da Reforma de Lutero, se mostraram simpatizantes das novas ideias reformadas. Daí até ver neles os primeiros cristãos reformados vai uma grande distância. Estão neste caso os nomes ilustres do escritor, diplomata e fidalgo Francisco Xavier de Oliveira, o «Cavaleiro de Oliveira» (1702-1783), do escritor e comediógrafo António José da Silva, o «Judeu» (1705-1739) e o grande poeta Bocage, o «Elmano Sadino» (1765-1805). Segundo Manuel P. Cardoso, o primeiro português que se sabe com segurança ter abraçado publicamente o protestantismo foi João Ferreira de Almeida (1628-1691)¹, que viria a ser o primeiro tradutor da Bíblia em língua portuguesa.

1 CARDOSO, M.P.: *Por vilas e cidades: notas para a história do protestantismo em Portugal*, Lisboa, Seminário Evangélico de Teologia, 1998, p. 25. O livro é uma reedição de *História do protestantismo em Portugal*. Figueira da Foz, Centro Ecuménico Reconciliação, 1985.

2.3. As dificuldades legais, sociais e eclesiais

A legislação portuguesa para as questões religiosas pouco, ou nada, se refere aos aspectos da liberdade e da igualdade dos direitos, quer individuais quer colectivos, dos cidadãos e das igrejas.

Para evitar a leitura de alguns artigos da legislação portuguesa dos últimos dois séculos, apresentarei uma série de eventos passados com protestantes em Portugal, que dá uma ideia clara da situação e da forma, por vezes arbitrária e pontual, como os assuntos eram resolvidos. Esta lista devo-a a outra muito completa que o meu saudoso professor Eduardo Moreira insere numa das suas obras². A título de exemplo selecciono as seguintes, referentes ao século XIX:

- 1800 É autorizado um culto eucarístico de reformados suíços em Lisboa (Belém).
- 1806 Milhares de portugueses assistem a cultos evangélicos a bordo de um navio inglês ancorado no Tejo.
- 1807 O operariado português pede a Napoleão que outorgue a liberdade de cultos.
- 1813 Permite-se, em Lisboa, a abertura de uma sinagoga judaica, índice de tolerância.
- 1821 As Cortes portuguesas extinguem o tribunal da Inquisição, e a Cúria protesta.
- 1822 A primeira Constituição portuguesa, no seu artigo 17º, reconhece a existência de cultos dissidentes.
- 1844 Pela primeira vez celebra-se, no Funchal, a Santa Ceia pelo rito presbiteriano.
- 1846 São excomungados, no Funchal, os dois primeiros presbiterianos portugueses, Vieira e Soares.
- 1852 O novo código penal elimina a liberdade de ensino de religião.
- 1870 Após muitas dificuldades é realizado o primeiro funeral evangélico, no Porto.
- 1886 O novo código penal, no artigo 120º, considera crime o exercício de cultos dissidentes.
- 1901 O juiz de instrução criminal ordena que a polícia encerre todos os lugares de culto evangélicos em Lisboa.

3. Da tolerância ao reconhecimento

3.1. «Dos estrangeiros para os portugueses»

Durante muitas décadas, o protestantismo português esteve limitado aos núcleos de cidadãos residentes em Portugal, com incidência principal nas cidades do Porto e de Lisboa. Era isto que estabelecia a Carta Constitucional de 1826: «A religião católica

² MOREIRA, E. Henriques: *Vidas convergentes. História breve dos movimentos de reforma cristã em Portugal a partir do século XVIII*. Lisboa, Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1958, pp. 393 ss.

apostólica romana continuará a ser a religião do Reino. Todas as outras religiões serão permitidas aos estrangeiros com o seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma exterior de templo.» A adesão dos portugueses ao protestantismo era, deste modo, ilegal.

Apesar das limitações começam a surgir os primeiros protestantes portugueses. Uns levados pela curiosidade e novidade, outros pelos contactos estreitos que tinham com os estrangeiros e até pelo casamento de alguns, e outros ainda pela acção missionária dos próprios estrangeiros – actividade que era ilegal. Talvez tenha sido esta última a que maior impacto teve em alguns meios portugueses, como bem observa o pastor Manuel Cardoso quando escreve: «Os primeiros protestantes portugueses convertidos em solo nacional vão ser, no entanto, produto de acção ‘proselitista’ dos protestantes estrangeiros. O que quer dizer que o protestantismo em Portugal nasceu na transgressão da lei dos homens³...»

O enquadramento legal em que o protestantismo português nasceu, obrigou-o a ter duas características, ambas negativas, que o vão marcar tão fortemente que ainda hoje são visíveis em muitas áreas do seu comportamento: a tendência para o «ghetto» e o anti-romanismo. A elas nos referimos mais adiante, mas é importante desde já conhecermos as razões que estão subjacentes a este tipo de atitude, e qual o enquadramento histórico e jurídico em que ele surgiu.

3.2. Reconhecimento legal das «associações religiosas»

Porque o diálogo ecuménico se processa entre cristãos enquanto indivíduos, e entre igrejas enquanto unidades, penso ser relevante dizer que estas duas condições não foram concedidas nem aos não-católicos nem às igrejas separadas da Igreja de Roma. No meu país, só muito recentemente e mesmo assim ainda sem uma base legal, se pode falar em igrejas no plural. Igreja, com este estatuto, só existe uma: a Igreja Católica Romana (ICR). Todas as outras que foram vendo os seus estatutos reconhecidos, foram-no como «associações religiosas ou culturais», ao mesmo nível das associações desportivas, teatrais, recreativas, etc.

Apesar deste reconhecimento legal, as desigualdades e os tratamentos diferenciados não terminaram. As questões relativas à liberdade de ensino nas escolas públicas, ao acesso aos meios de comunicação social estatizados (rádio e televisão), a assistência espiritual nos hospitais, prisões e forças armadas, a isenção de alguns impostos, continuaram a ser um sonho para a família protestante.

Durante muitos e muitos anos não foi possível a construção de templos, o que fez com que uma grande parte das nossas igrejas comprasse ou alugasse garagens ou outro tipo de

3 CARDOSO, M.P.: Op. cit., p. 28.

espaços semelhantes e os adaptasse para os fins cultuais a que se destinavam. Neste sentido, corriam o risco de serem proibidos de se reunirem aí, uma vez que a autorização municipal foi dada para outra finalidade que não um lugar de culto. Esta sanção ainda é aplicada nos dias de hoje!

Com os impostos de diferentes tipos passava-se o mesmo. Dou-vos um exemplo que se passou comigo, durante vários anos. Quando uma vez pedi para me averbarem no passaporte a profissão de «pastor presbiteriano ou protestante», foi-me dito que isso não era possível, pois tal designação não existia na lista das profissões reconhecidas oficialmente. Entretanto, para efeitos de pagamento de imposto profissional, a mesma designação já era válida! Com os sacerdotes da ICR passava-se exactamente o contrário, isto é, a sua profissão era reconhecida, mas estava isenta do pagamento desse imposto.

3.3. As divisões e a proliferação dos protestantes

Quando, nas primeiras décadas deste século, começaram a surgir as várias igrejas evangélicas (especialmente as baptistas, pentecostais e Irmãos), o povo português, habituado ao monolitismo (e ao quase monopólio!) da ICR, não compreendeu bem a razão da existência de tantas igrejas, e, para agravar ainda mais este sentimento, deu-se conta da rivalidade e falta de cooperação existente entre algumas delas.

Aos nomes, já estranhos para o vocabulário português, de presbiterianos, metodistas e anglicanos, vieram-se adicionar os baptistas, congregacionais, pentecostais, Irmãos, adventistas, etc. Para o povo comum, e em grande parte devido à falta de esclarecimento por parte da ICR e dos meios de comunicação oficiais, todas estas igrejas eram englobadas sob a designação, pejorativa, de protestantes. E os protestantes eram os «filhos do diabo», e as bíblias de edição protestante deviam ser queimadas, e os protestantes eram subditos do estrangeiro, e os protestantes não eram portugueses, e os protestantes eram comunistas, etc. etc.

Há que mencionar, neste contexto, o esforço feito com a criação da Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), em 1925, na tentativa de minorar um pouco este aspecto da divisão, e também com o alvo de defender alguns dos direitos que eram sonogados ao povo evangélico. É certo que a AEP foi, por muito tempo, uma organização onde só se filiavam indivíduos. Só muito recentemente passou a ser possível a filiação de igrejas, comunidades e grupos cristãos.

Se os contactos com a ICR por parte das igrejas «históricas» eram bastante incipientes, com as igrejas representadas na AEP eles eram inexistentes. O sentimento anti-romano predominava neste meio, e tudo o que tivesse algo de catolicismo romano era para combater. O protestantismo português apresentava-se pela negativa e definia-se pelo anti-romanismo.

4. Do reconhecimento à igualdade

4.1. A década de 60 e o Vaticano II

Em meu entender, só se pode começar a falar de ecumenismo em Portugal na segunda metade dos anos 60. Certamente que terão existido momentos e eventos anteriores a esta data, nos quais o diálogo ecuménico começou a ser uma realidade. Eram, no entanto, iniciativas pessoais, que pouco comprometiam e envolviam as estruturas das igrejas. Acima mencionei o caso da AEP. Aqui deveria citar a Sociedade Bíblica, o movimento das Associações Cristãs da Mocidade, a Juventude Evangélica Portuguesa, o Seminário Evangélico de Teologia, a Comissão Intereclesiástica Portuguesa (precursora do Conselho Português de Igrejas Cristãs) e outros exemplos. É então também o momento em que as Igrejas Lusitana e Presbiteriana se filiam no Conselho Mundial das Igrejas (CMI), no decorrer da sua Assembleia Mundial em Upsala (1968), sendo já nessa ocasião membros da Conferência das Igrejas Europeias.

Mas o acontecimento que irá fazer entrar o termo ecumenismo no dia-a-dia dos portugueses é, sem dúvida, o anúncio e a realização do Concílio Vaticano II e, dentro dele, as questões da unidade dos cristãos e da liberdade religiosa. Foi um tempo onde as notícias diárias na imprensa, rádio e televisão e a edição de novos livros dedicados a este assunto, originais e traduzidos, atingiu um nível nunca visto até então e que ainda não se repetiu até hoje.

Entre alguns exemplos que poderia dar para ilustrar o que de novo se estava passando, cito-vos dois, nos quais me vi envolvido directamente. Pela primeira vez na sua história, um sínodo da igreja a que pertença (presbiteriana) «ousou» convidar um sacerdote católico romano para vir apresentar uma conferência sobre o tema do sínodo, «A nossa vocação como minoria». A esse sacerdote, representando o ponto de vista da igreja majoritária, era-lhe pedido para nos falar da sua visão das minorias religiosas em Portugal, e o que delas esperava. Se a Igreja Presbiteriana «ousou» fazer tal convite, o sacerdote em questão teve a coragem de aceitá-lo. Certamente que não foi por isto que ele, Dom José Policarpo, é hoje o patriarca de Lisboa... Se isto constituiu uma novidade, devo dizer que há dois anos, e num sínodo da mesma igreja, o convite foi aceito pelo presidente da Conferência Episcopal Portuguesa e bispo de Coimbra, Dom José Alves.

O outro exemplo refere-se ao convite feito pelo Instituto Superior de Estudos Teológicos de Coimbra, quando no final do Vaticano II insere um curso sobre o ecumenismo e convida dois pastores protestantes, o actual bispo da Igreja Metodista, reverendo Ireneu Cunha, e eu próprio, para nele participarem como professores. O bispo Ireneu, residente nessa cidade, acaba mesmo por dar aulas sobre este tema ao Seminário Maior.

4.2. O Centro Ecuménico Reconciliação (CER) e o Conselho Português de Igreja Cristãs (COPIC)

O Concílio Vaticano II acabara de aprovar um dos seus documentos, o Decreto sobre o Ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*) que, não sendo totalmente inovativo e muito menos revolucionário, agregou ao seu redor um grande número de apoiantes, dentro e fora da ICR. Antes disso, em 1961, na Assembleia do CMI em Nova Deli, as igrejas ortodoxas entraram como membros deste Conselho e nessa mesma reunião estiveram presentes, pela primeira vez, um grupo de representantes da ICR na qualidade de observadores, o que constituía uma mudança radical por parte do Vaticano, se nos lembrarmos que em 1948, treze anos antes, foi proibida a participação de qualquer católico romano no momento da fundação do CMI (ainda que lá estivessem alguns, à revelia...).

Este clima de euforia ecuménica, que de uma maneira ou da outra influencia todos os círculos eclesiais, chega também à Igreja Presbiteriana, a qual no seu sínodo de 1966 decide construir um Centro Ecuménico que, em 1969, é inaugurado pelo então secretário geral do CMI, Dr. Eugene Carson Blake – nesse momento conhecido dos portugueses, dado que a imprensa noticiara, na semana anterior, a visita que o papa Paulo VI fizera à sede do CMI, em Genebra, tendo como anfitrião o próprio Dr. Blake.

Do Centro Ecuménico Reconciliação (CER) esperavam-se muitas coisas, mas sobretudo que ele fosse um lugar onde o diálogo ecuménico se pudesse concretizar e também um espaço para a formação de leigos. De um modo geral pode-se dizer que correspondeu às expectativas nele depositadas. Foi, no entanto, a sua acção nos campos da formação e informação ecuménicas que acabariam por marcá-lo e torná-lo conhecido, aquém e além fronteiras. Apesar de ter iniciado todo o processo, a Igreja Presbiteriana compreendeu que a dimensão ecuménica do CER não poderia ficar sob a sua égide. Daí, terem sido nove as entidades fundadoras do Centro, entre as quais algumas espanholas⁴. A ICR, através da sua Conferência Episcopal, declinou o convite para fazer parte do CER, mas durante algum tempo ela esteve representada na sua direcção, a nível da diocese de Coimbra, na pessoa do seu bispo Dom Francisco Rendeiro.

A nova situação política e social que se passou a viver em Portugal a partir dos finais de 70, e um certo esfriamento nas relações ecuménicas entre as várias igrejas, especialmente por parte da hierarquia da ICR, tanto a nível local como diocesano e mesmo nacional, fizeram com que as actividades e a missão principal do CER comesçassem a ser menos relevantes, e fossem decaindo pouco a pouco.

4 Entidades fundadoras do CER: Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, Comissão Intereclesiástica Portuguesa (precursora do COPIC), Aliança Nacional das Associações Cristãs (Portugal), Iglesia Evangélica Española, Iglesia Española Reformada Episcopal, Comité de Cooperación entre las Iglesias e Alianza Nacional de las Asociaciones Cristianas de Jóvenes (Espanha).

4.3. Os primeiros encontros ecuménicos e interconfessionais

Foi só na década de 90, ainda não há dez anos, que o diálogo ecuménico em Portugal, com a participação da ICR, deixou de ser o do «grupo informal de indivíduos» e passou a ter uma certa institucionalização e formalidade a nível das estruturas nacionais de várias igrejas. É certo que antes, tanto a nível diocesano como paroquial, já existiam grupos ecuménicos que funcionavam com uma certa regularidade, e disso são exemplos os existentes nas cidades do Porto e da Figueira da Foz.

Como muito bem nos é lembrado⁵, foi num encontro realizado pela KEK e pelo CCEE⁶, o 5º Encontro Ecuménico Europeu, realizado de 12 a 18 de Novembro de 1991 em Santiago de Compostela⁷, que os representantes portugueses se juntaram diversas vezes e discutiram a possibilidade de criar em Portugal uma plataforma onde o diálogo ecuménico pudesse ter alguma representatividade. Esta sugestão foi rapidamente aceita pelo bispo de Viseu, então presidente da Comissão da Doutrina da Fé (CEP), responsável pelas relações ecuménicas. Já no momento da sua eleição como presidente desta comissão episcopal, o bispo António Monteiro manifestara aos órgãos de comunicação social o desejo de estreitar relações com as outras igrejas.

«Desde então,» diz o pastor Cardoso, «têm sido levados a efeito com bastante regularidade os ‘Encontros Ecuménicos Nacionais’, que têm lugar duas a três vezes por ano, sendo alternadamente a delegação católica ou a delegação das igrejas do COPIC a organizar e a receber o encontro. Os meios de comunicação social que dão cobertura e estes encontros têm-se feito eco de alguma impaciência dos cristãos que querem ver da parte das igrejas envolvidas acções concretas de cooperação fraterna⁸.»

Para além destes encontros entre as igrejas do COPIC e a CEP, e por iniciativa dos seus participantes, foi enviado um convite à AEP para participar neles. Este convite teve uma resposta positiva e deste modo, desde Outubro de 1994, têm tido lugar os chamados Encontros Interconfessionais (os irmãos da AEP recusaram o termo «ecuménico» entre o COPIC, a CEP e a AEP, continuando a ter lugar os Encontros Ecuménicos). Da agenda destes Encontros Interconfessionais constam temas como o da evangelização, o da liberdade religiosa e o da acção social. Evitam-se, deliberadamente, as discussões sobre pontos doutrinários ou teológicos.

5 CARDOSO, M.P., CUNHA, I. da Silva, HORTA, N.P. e LEITE, J.M.: *Uma caminhada ecuménica. 25 Anos de testemunho e serviço em Portugal*. Conselho Português de Igrejas Cristãs, Figueira da Foz, 1996, p. 19.

6 KEK é a sigla alemã pela qual é conhecida a Conferência das Igrejas Europeias (anglicanas, ortodoxas e protestantes), e CCEE representa o Conselho das Conferências Espiscopais na Europa (católicas romanas).

7 O tema deste encontro foi «Sob a tua Palavra: missão e evangelização na Europa hoje», e nele, como participantes portugueses, estiveram o bispo António Monteiro e o padre Santos Almeida, em representação da Conferência Episcopal Portuguesa; e os bispos Fernando Soares e Ireneu Cunha, representando as igrejas lusitana e metodista. O autor desta nota também aí esteve como um dos responsáveis pela organização do encontro.

8 CARDOSO, M.P. e outros, *Uma caminhada ecuménica*, p. 20.

4.4. *Liberdade religiosa: a Concordata e a nova «Lei 2000»*

Perdoai-me, mas como disse anteriormente, o diálogo ecuménico está intimamente relacionado com a questão da liberdade religiosa, e a esta tenho de voltar neste momento. Com é do vosso conhecimento, existe entre o Estado português e a Santa Sé uma Concordata (e também um Acordo Missionário) que data de 1940 e só foi revogado num dos seus artigos referente à impossibilidade do divórcio para os casados catolicamente. O resto do texto, já com 60 anos, totalmente desfasado de conteúdo face à nova situação portuguesa, permanece ainda em vigor. Muitas vezes se começam a manifestar, nos meios eclesiais e políticos, pela urgência da sua revisão e mesmo eliminação, mas ainda é com ela em vigor que se discute neste momento uma nova lei de liberdade religiosa, aprovada na generalidade no parlamento e aguardando a sua discussão na especialidade.

Esta nova lei, que começa por ser discriminatória, uma vez que não é feita para a ICR, vai reconhecer pela primeira vez a existência de outras igrejas em Portugal e conceder-lhes alguns dos direitos que até agora só eram atribuídos à ICR. Pessoalmente creio que ela não será o fim do processo no caminho da igualdade de tratamento em matéria religiosa. Enquanto a Concordata existir e mantiver os privilégios que concede à igreja majoritária, não só os cristãos não-romanos, como os membros de outras religiões continuarão a ser discriminados. E enquanto isto acontecer, o diálogo ecuménico nunca poderá ser realizado numa base igualitária.

4.5. *Resultados e esperanças do diálogo ecuménico e interconfessional*

Ainda que incipiente, e com algumas reservas, o ecumenismo já tem dado frutos visíveis nas igrejas e na sociedade em geral. O simples facto de representantes de igrejas tão diferentes, que tanto se degladiaram no passado, se sentarem à mesma mesa, orarem juntos, partilharem a Palavra em conjunto e discutirem assuntos de interesse comum é, só por si, altamente positivo e mostra uma realidade impossível de pensar há 25 anos atrás.

Um dos aspectos mais positivos destes encontros tem sido o conhecimento directo que se vai tendo dos outros e das igrejas a que pertencem. Tenho constatado que muita desconfiança, fruto do desconhecimento, tem sido desfeita e muitas amizades pessoais têm sido criadas entre pessoas altamente responsáveis pelas igrejas que representam. Os frutos serão certamente mais visíveis num futuro não muito longínquo, e só o Espírito saberá onde nos quer conduzir.

Entre o COPIC e a CEP já é possível, desde alguns anos, a tradução e edição conjunta do programa da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, e em 1996 estas entidades foram solicitadas, por Roma e Genebra, a escolher o tema e a escrever a primeira versão do programa mundial para esse ano. Foi também possível a preparação e o «follow-up» da 2ª Assembleia Ecuménica Europeia (Graz, 1997), incluindo a publicação dos seus documentos finais. Ainda que não regularmente, estas entidades editam uma folha de noticiário ecuménico, de difusão nacional. Estes são exemplos do que já se faz entre nós.

A nível interconfessional menciono a feliz experiência que se realizou com a presença do Pavilhão Religioso, durante os vários meses da Exposição Mundial de Lisboa (EXPO-98). Tudo foi feito em conjunto: planeamento, manutenção, administração, cultos públicos, etc. A discussão em torno da nova Lei de Liberdade Religiosa tem estado presente nas agendas dos Encontros Interconfessionais nos últimos dois anos. Em torno dos programas religiosos televisivos existe igualmente uma comissão que integra todas as igrejas e representantes de outras religiões. É importante dizer, neste contexto, o trabalho realizado com a tradução interconfessional da Bíblia, sob a orientação da Sociedade Bíblica de Portugal e onde participaram biblistas da ICR, do COPIC e da AEP.

No presente ano, e ainda que algumas das igrejas se tenham distanciado das actividades do chamado Ano Santo, foi possível elaborar um calendário comum para a celebração do Jubileu, tendo por base os 2000 anos do nascimento de Cristo e a questão do perdão da dívida aos países mais pobres. Do programa fazem parte a publicação de um prontuário das igrejas cristãs, uma jornada pública sobre a «Unicidade de Cristo e a unidade da Igreja» e uma acção concreta no campo social para a qual será levantada uma oferta nas diferentes igrejas representadas.

Penso que muito mais é possível fazer na área ecuménica, especialmente entre o COPIC e a ICR, uma vez que os assuntos específicos do ecumenismo não têm interesse para os irmãos da AEP, como ficou provado ultimamente quando foi discutida a «Charta Oecumenica» enviada pela KEK e pelo CCEE. Creio ser já chegado o momento de se prepararem em conjunto alguns documentos nos campos do social, do económico e mesmo do teológico.

Poder-se-á estudar a possibilidade de elaborar versões «ecuménicas» do Pai Nosso e dos Credos de Niceia e Apostólico. Talvez seja tempo para se iniciar o estudo que conduza a uma Declaração da aceitação mútua do Baptismo, uma vez que *de facto* ela já existe e o rebatismo não é praticado por qualquer das igrejas desta área. Estes são alguns exemplos, já discutidos entre nós, aos quais se poderiam acrescentar outros, como o que foi apresentado pela CEP, no último Encontro Ecuménico, e que sugere a discussão do primado de Pedro e de outros pontos de divisão entre a ICR e as nossas igrejas, conforme o papa os apresenta na encíclica *Ut unum sint*.

5. Conclusão

Do que acima ficou dito, gostaria que não ficasse a ideia que o ecumenismo em Portugal navega num «mar de rosas». Infelizmente a realidade não é essa. Uma das críticas que se deve fazer aos Encontros descritos anteriormente é o carácter elitista dos mesmos. Até que ponto os seus participantes são representativos das suas igrejas? Será que tudo o que aí é decidido tem a aceitação do povo das mesmas? Quando se fazem estas perguntas a muitos fiéis que pensamos representar, damo-nos conta que a sua visão não corresponde à nossa. Tanto do lado católico como do lado dos protestantes ainda existem

muitas pessoas marcadas pela situação do passado e que desconfiam do diálogo ecuménico, vendo-o ainda como um movimento «demoníaco» ou identificando-o como uma estratégia da ICR no sentido de «levar os irmãos separados para Roma».

Do lado não-católico, para além de um passado de intolerância e perseguição, fomentado ou consentido por responsáveis da ICR, a questão mariológica é um dos pontos mais difíceis de ser ultrapassado e impeditivo do diálogo, segundo o pensar de muitos. Na realidade o culto mariano tem uma grande expressão no catolicismo português, e o actual papa tem contribuído bastante para isso com as duas viagens já realizadas a Fátima para aí beatificar os «pastorinhos» que, em 1917, «viram a Senhora». Não terei dúvidas em afirmar que, a nível popular, o catolicismo é muito mais mariológico do que cristológico. E isto é muito difícil de ser aceito por muitos protestantes e evangélicos, que não perdem a ocasião de dizer que, em vez do diálogo, o que há a fazer é evangelizar, anunciar Cristo «aos que ainda estão nas trevas!» Daí a tentação proselitista e, perante esta, a impossibilidade de qualquer tipo de diálogo.

Apesar de tudo o que já hoje é possível, cada igreja tem ainda um longo caminho a percorrer até que todas se possam reconhecer mutuamente como parte da *Una Sancta*, da única Igreja de Cristo. Manifestar visivelmente a unidade que todos temos em Cristo não significa que cada igreja tenha de abandonar a sua história, a sua tradição ou a sua doutrina. A unidade do Corpo de Cristo é feita com a diversidade de todos os seus membros. É isto que todos temos de aprender. Só assim pode o diálogo ecuménico – ou interconfessional – avançar.

Quando a ICR em Portugal for menos de Maria e mais de Cristo, quando os protestantes e evangélicos aceitarem dizer no Credo que crêem na Igreja Católica (e não Universal) e quando a legislação do nosso país tratar todos os cidadãos do mesmo modo, penso que teremos as condições necessárias e suficientes para desenvolver um verdadeiro diálogo ecuménico.